

HABEAS CORPUS Nº 567.911 - TO (2020/0072588-0)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADOS : MARIA DO CARMO COTA - TO000239
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
PACIENTE : CASSIO LOPES LIMA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CASSIO LOPES LIMA, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS - HC n. 0034783-30.2019.8.27.0000.

Noticiam os autos que o paciente foi preso em flagrante no dia 11-09-20019, por ter, supostamente, cometido os delitos previstos no art. 121, *caput*, c/c artigo 14, inciso II, c/c art. 147, c/c art. 150, *caput*, do Código Penal, tendo a custódia sido convertida em preventiva. (e-STJ fl. 31)

Aduz a impetrante a ausência de fundamentação idônea para justificar o decreto da segregação cautelar do paciente, destacando que a medida estaria embasada na gravidade abstrata do delito, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da preventiva, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Alega que não teria sido demonstrado, com base em elementos concretos, como a liberdade do acusado poderia oferecer risco à ordem pública, ao bom andamento da instrução criminal ou à aplicação da lei penal.

Argumenta, por fim, a excepcionalidade da medida extrema, enfatizando que o acusado faria jus a substituição da preventiva por medidas cautelares descritas no art. 319 do CPP.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva do paciente, fixando, caso entenda necessário, medidas cautelares menos gravosas (art. 319 do CPP), expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do *habeas corpus* para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**. Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita.

Da análise dos autos, ao menos num juízo perfunctório, não se vislumbra manifesta ilegalidade no acórdão impugnado a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Com efeito, a Corte de origem consignou que (e-STJ fls. 44-47):

[...]

In casu, nos termos da fundamentação indicada pelo magistrado, bem como tendo os elementos existentes

nos autos inquisitoriais, o contexto existente indica plausibilidade de que a conduta do paciente está em dissonância com a ordem pública, para assegurar a instrução na pendência da necessidade de inquirições outras e ainda para a proteção às vítimas. Assim, é manifesto que a ordem pública encontra-se abalada, sendo certo que tais fatos reclamam do Estado Juiz medidas insurgente para devolver à sociedade a paz e a tranquilidade. Assegurar a Aplicação da Lei Penal: Conforme é sabido, para o decreto da prisão preventiva com base na necessidade de aplicação da lei penal, deve haver risco considerável de fuga, com fundamentos concretos que indiquem que o imputado pretende eximir-se da responsabilidade criminal evadindo-se, uma vez que, a mera ausência do réu aum ato do processo, mesmo que injustificada, não faz presumir a fuga. Nesse diapasão, tais argumentos, por si só, não são aptos a a prisão preventiva, uma vez que esta está devidamente delineada por outros fundamentos, qual seja, a necessidade de garantia da ordem pública e aplicação da lei. Demais disso, o fato do paciente possuir condições pessoais favoráveis não é suficiente para afastar a prisão preventiva, tendo em vista que já encontra-se pacificado na jurisprudência que as referidas características não são garantidoras de eventual direito de responder ao processo em liberdade, quando os motivos que ensejaram a prisão cautelar são suficientes para respaldá-la (STJ: RHC 39.449/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, Quinta Turma, j. 05/09/2013, DJe 11/09/2013; e, RHC 37.652/MT, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, j. 03/09/2013, DJe 13/09/2013).

É absolutamente compreensível que os presos preventivamente se insurjam contra a decretação da prisão preventiva alegando que são primários ou que têm bons antecedentes, ou, ainda, que possuem residência ou emprego fixo.

De ver-se, entretanto, que a lei não prevê nenhum desses fatores como causa impeditiva da prisão, se, por outro lado, estiver presente algum dos fundamentos autorizadores da decretação. Suponha -se um indivíduo que, apesar de morar com a família e de trabalhar, ingressou em uma quadrilha que assaltou 10 bancos nos últimos meses. É evidente a sua periculosidade a justificar a prisão cautelar, ainda que ele não ostente qualquer condenação anterior e tenha emprego e residência fixos.

[...]

Portanto, em face do risco evidente de reiteração delitiva,

o modus operandi do delito, bem como levando em consideração as consequências do delito imputado ao paciente, o decreto preventivo se mostra devidamente fundamentado.

[...]

De acordo com o previsto no inciso I do artigo 313, caberá a prisão preventiva, se tiver o crime imputado ao agente for punido com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 anos.

No presente caso, o paciente é investigado pela prática de estelionato, cuja pena privativa de liberdade é superior ao exigido no Art. 313, I do CPP.

Por esse motivo, estando presente os indícios de autoria e materialidade, assim como, os dados constantes nos autos indicam plausibilidade de que a conduta do paciente está em dissonância com a ordem pública, e sendo o delito punido com pena privativa de liberdade superior a 4 (quatro) anos, situação esta que subsume o disposto no Art. 313, I, do CPP, não há que se falar em constrangimento ilegal na ordem de decretação da prisão preventiva do paciente.

Da leitura de tais argumentos não exsurgem, portanto, os necessários traços de ilegalidade manifesta na decisão objurgada para o deferimento da cautela requerida, já que, em sede de cognição sumária, não se verifica qualquer violação aos dispositivos legais apontados, sem prejuízo de uma análise pormenorizada da questão no momento oportuno.

É cediço que o deferimento do pleito liminar em sede de *habeas corpus* e em recurso ordinário em *habeas corpus*, em razão da sua excepcionalidade, enseja a demonstração e comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não ocorre *in casu*.

Ante o exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro Jorge Mussi
Relator